

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: Direito Minerário
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS
PROFESSOR: DANIEL SILVA MENDANHA
SEMESTRE: 2025/2
EMENTA: <p>Ementa: Estudo do regime jurídico da exploração mineral no Brasil. Análise das normas constitucionais e legais sobre recursos minerais, regime de concessões e atuação da ANM. Direito Minerário: Conceito, natureza jurídica e fundamentos constitucionais. Domínio dos recursos minerais: Regime jurídico da União; Regime de autorização, concessão e licenciamento. Agência Nacional de Mineração (ANM): Competências e atribuições; Fiscalização e penalidades. Procedimentos minerários: Requerimento de pesquisa; Relatório final; Licenciamento ambiental. Direito Ambiental aplicado à mineração. Tributação da atividade minerária. Responsabilidade civil decorrente da atividade minerária. Crimes relacionados à mineração. Contratos de direito minerário: Cessão, subconcessão e consórcio de exploração. Responsabilidade ambiental na mineração: Recuperação de áreas degradadas; Compensações e licenças. Participação governamental: Compensações financeiras (CFEM); Royalties.</p>
OBJETIVO: <p>Analisar o regime jurídico da atividade mineral no Brasil, incluindo as competências da União, o regime de concessão e autorização, os direitos e deveres do minerador e os impactos ambientais e sociais da exploração mineral.</p>
JUSTIFICATIVA: <p>A atividade minerária é de fundamental importância econômica para o Brasil, mas também constitui uma das maiores fontes de impactos socioambientais, exigindo do profissional do Direito uma formação técnica, crítica e multidisciplinar. A disciplina "Direito Minerário" visa suprir a necessidade de compreensão do complexo regime jurídico que regula a exploração de recursos minerais no país, envolvendo normas constitucionais, infraconstitucionais, administrativas, ambientais e penais.</p> <p>A Constituição Federal atribui à União o domínio sobre os recursos minerais, exigindo a outorga por meio de autorização ou concessão para sua exploração. Esse regime demanda uma análise detalhada das competências da Agência Nacional de Mineração (ANM), da legislação ambiental aplicável, da responsabilidade civil e penal decorrente de danos causados por atividades minerárias, bem como da tributação específica do setor, como a CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.</p> <p>A disciplina também contempla os contratos específicos da atividade minerária, os mecanismos de fiscalização, licenciamento e recuperação ambiental, permitindo aos estudantes compreenderem não apenas os direitos e deveres dos mineradores, mas também os mecanismos de proteção ao meio ambiente, às populações atingidas e ao interesse público. Com isso, a disciplina contribui</p>

para a formação de operadores jurídicos preparados para atuar em setores regulados, com visão crítica e comprometida com a sustentabilidade e a justiça social.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1º BIMESTRE**

Unidade 1 – Fundamentos do Direito Minerário

Conceito e natureza jurídica do Direito Minerário
Fundamentos constitucionais: domínio da União sobre os recursos minerais
Princípios norteadores do regime jurídico da mineração

Unidade 2 – Regimes de Exploração Mineral

Regimes de autorização e concessão
Regime de licenciamento e permissão de lavra garimpeira
Procedimentos minerários: requerimento de pesquisa, relatório final, licenciamento

Unidade 3 – Agência Nacional de Mineração (ANM)

Criação, competências e estrutura
Poder de polícia, fiscalização e aplicação de penalidades
Atos administrativos e controle jurisdicional

Unidade 4 – Direito Ambiental Aplicado à Mineração

Licenciamento ambiental na atividade minerária
Responsabilidade civil ambiental e recuperação de áreas degradadas
Compensações ambientais e licenças específicas

2º BIMESTRE

Unidade 5 – Tributação e Compensações

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
Royalties e participação governamental
Aspectos tributários e obrigações acessórias

Unidade 6 – Contratos Minerários

Cessão de direitos minerários
Subconcessão e consórcios de exploração
Cláusulas típicas e atípicas dos contratos minerários

Unidade 7 – Infrações e Responsabilidades

Crimes relacionados à atividade minerária (clandestina, predatória, etc.)
Responsabilidade penal e administrativa do minerador
Medidas reparatorias e ações judiciais cabíveis

Unidade 8 – Desafios e Perspectivas da Mineração Sustentável

Participação social e consulta pública em grandes projetos minerários

Impactos sociais de rompimentos de barragens e acidentes minerários
Tendências contemporâneas: mineração sustentável, espacial e marinha

PROPOSTA METODOLÓGICA:

Aulas teóricas; aulas expositivas dialogadas; estudos dirigidos em sala de aula e debates.

Recursos Didáticos e Tecnológicos

Projeto multimídia;
Computador;
Quadro branco.

Proposta de Avaliação do Processo de ensino e Aprendizagem:

Do Ensino

- Pela observação do grau de interesse dos alunos no aprendizado;
- Pela capacidade de articulação entre a teoria e a prática dos procedimentos propostos;
- Pelo acompanhamento nas resoluções dos exercícios e nas atividades propostas;
- Pela avaliação do docente.

Da aprendizagem

Atividade I: Aplicação de prova individual (equivalente a 100% da nota);

Atividade II: Avaliação formativa: Através da aplicação de exercícios, estudos de casos, testes individuais e/ou em grupos (equivalente a 100 % da nota)

Atividade III: Prova Individual, (equivalente a 100% da nota)

Observação: Média Final: média aritmética da Atividade I + Atividade II + Atividade III

Bibliografia Básica

ARRUDA JUNIOR, Pedro. **Mineração sustentável:** uma abordagem sociojurídica da participação popular cidadã em acidentes minerários de grande porte. Belo Horizonte: Del Rey, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/212400>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERNANDES, Rodrigo Vesule. **Lei de mineração espacial:** um estudo de viabilidade no Brasil. Belo Horizonte, MG: Dialética, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/215861>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MARANGON, Antônio Augusto dos Santos. **Fundamentos iniciais de mineralogia.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195521>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Lucas. **Legislação penal especial**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209327>. Acesso em: 13 ago. 2024.

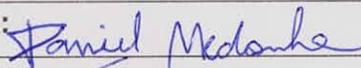
MENEZES, Sebastião de Oliveira. **Minerais comuns e de importância econômica: um manual fácil**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/162900>. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, Carina Costa de *et al.* **A função do direito na gestão sustentável dos recursos minerais marinhos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187704>. Acesso em: 13 ago. 2024.

POLÍZIO JÚNIOR, Vladimir. **Novo código florestal comentado**. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182494>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Legislação de direito ambiental**. 15. ed. São Paulo: Rideel, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182340>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ASSINATURA DO PROFESSOR:



ASSINATURA COORDENADOR:

